

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO INFANTIL TEACHER EDUCATION: CHILD EDUCATION

Antonia Rosa Sobral¹
Danielle Aparecida dos Santos Queiroz²
Greicy Regina da Costa Souza³
Miriam Arruda de Souza⁴
Nelise Maria Oliveira de Melo⁵
Rosângela Maria Ferreira de Sousa⁶

RESUMO: Esse trabalho envolve a formação de professores para atuar na educação infantil. Faz um breve resgate histórico das instituições de educação infantil no Brasil e analisa sua expansão ao longo dos anos, apresenta as leis e constituições que envolvem esses espaços e discute o conceito de infância ao longo do tempo. A questão de pesquisa foi: "Os professores que atuam na educação infantil estão devidamente capacitados para atuar nesta etapa da educação?". Seu objetivo é reconhecer a formação de professores que atuam na educação infantil, suas concepções de formação de professores e educação infantil. Constatou-se que os professores possuem a formação mínima exigida para atuar na educação infantil, licenciatura em pedagogia, mas não fizeram cursos de formação continuada para aprofundar seus conhecimentos.

1939

Palavras-chave: Formação de Professores. Formação Inicial e Continuada. Educação Infantil.

ABSTRACT: This work involves the training of teachers to work in early childhood education. It makes a brief historical review of early childhood education institutions in Brazil and analyzes their expansion over the years, presents the laws and constitutions

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, Especialista em Educação Infantil e Letramento pela Faculdade das Águas Emendadas - FAE.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Afirmativo.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá - UNIC, Especialista em Educação Infantil pela IESMIG - Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC, Especialista em Educação Infantil e Especial pela Faculdade das Águas Emendadas - FAE.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera - UNIDERP, Especialista em Educação Infantil com Ênfase na Educação Especial.

⁶ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Mato-Grossense de Ciências Sociais e Humanas, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Cuiabá.

that involve these spaces and discusses the concept of childhood over time. The research question was: "Are teachers who work in early childhood education properly trained to work in this stage of education?". Its objective is to recognize the training of teachers who work in early childhood education, their conceptions of teacher training and early childhood education. It was found that teachers have the minimum training required to work in early childhood education, a degree in pedagogy, but they did not take continuing education courses to deepen their knowledge.

Keywords: Teacher Training. Initial and Continuing Training. Child education.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil é amplamente discutida na atualidade, por isso é necessário discutir a importância do trabalho educativo de profissionais qualificados nesta fase. Os conceitos de infância e educação mudaram com as mudanças sociopolíticas, econômicas e históricas, assim como os conceitos de formação de professores da primeira infância porque estão interligados (CARVALHO; CARVALHO, 2002).

Este artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico do trabalho da educação infantil e da formação de professores nessa etapa da educação, ao mesmo tempo em que desenvolve conceitos sobre a importância da criança, da educação infantil e da formação de professores na educação infantil.

Machado (2000) mostra que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 reconhece a educação infantil como parte do sistema de educação básica. Portanto, é necessário criar condições para que os profissionais da educação infantil exerçam os mesmos direitos e deveres que os professores vinculados a outros níveis de ensino.

A Política Nacional de Educação Infantil, sobre os direitos à Educação das crianças de 0 a 6 Anos (PNEI) propõe:

Pesquisas sobre desenvolvimento humano, formação da personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontam para a importância e a necessidade do trabalho educacional nesta faixa etária (BRASIL, 2006, p. 7).

De acordo com os documentos citados acima, as crianças precisam de profissionais que esclareçam sua identidade e o papel dos profissionais na educação infantil. Embora a legislação do nosso país tenha dado grandes passos nas políticas

públicas para a infância e o direito da criança à educação de qualidade, a maioria dos professores que atuam nessa área ainda não possui formação especializada, ou seja, pelo menos, graduação em Pedagogia (INEP, 2007).

A Década da Educação refere-se ao período de 1997 a 2007, quando as políticas de formação profissional para a educação básica deveriam prever a formação de professores de nível superior (KISHIMOTO, 1999).

O foco na pesquisa de formação de professores da primeira infância surge em um momento em que se percebe a necessidade de profissionais qualificados para atuar com crianças de 0 a 6 anos, pois muitos professores da educação infantil ainda não possuem nível superior.

O ponto de partida deste trabalho é que os profissionais da educação devem ter formação superior específica para acompanhar o trabalho na fase de educação infantil, para reverter essa situação: “[...] um altíssimo número de profissionais sem formação integra as estatísticas pelo país e tornou-se preocupação de todos os que lutam por uma Educação Infantil de qualidade” (SARAT, 2001, p. 151).

Segundo Lüdke; André (1986, p. 1): “[...] para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

Assim, teorias são “conhecimentos que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto, por outros estudiosos que abordaram antes de nós” (MINAYO, 2008, p. 16). Embora um fenômeno seja explicado ou entendido com uma teoria, ninguém pode explicar ou explicar todos os fenômenos e processos, por isso está sempre em processo de construção.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A história da educação infantil no Brasil

Antes de se aprofundar em áreas específicas da formação de professores da educação infantil, é importante traçar a história da educação infantil para compreender alguns fenômenos contemporâneos nesse nível de ensino (CABRAL, 2005).

Segundo Carvalho; Carvalho (2002), a educação das crianças pequenas é um problema antigo. Isso está registrado em antigos escritos clássicos, referindo-se à educação das crianças pequenas por meio de jogos educativos caseiros, com a finalidade de prepará-los para o exercício da cidadania no futuro.

A taxa de matrícula de crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil é um fato recente. Há uma visão de que a criança não é uma pessoa de status, de modo que a educação e o cuidado da criança há muito são considerados uma responsabilidade da família, principalmente da mãe, ou de seu grupo social. Assim, as crianças aprendem por meio de costumes, crenças, tradições e conceitos básicos de convivência e aprendizagem (CABRAL, 2005).

Com a Revolução Industrial (século XVIII), mães de crianças de 7 a 10 anos começaram a trabalhar nas fábricas, deixando as crianças sozinhas em casa, sem cuidados ou supervisão. Como resultado, começaram a surgir problemas de desnutrição, doenças e alta mortalidade infantil. Seguem-se as instituições assistenciais às crianças, de cariz caritativo, religioso, médico e sanitário, sob a forma de orfanatos, atendendo a órfãos, abandonados, doentes e pobres.

O Brasil estabeleceu creches, casas de infância, escolas maternais e jardins de infância e incorporou crianças pequenas ao ambiente escolar, principalmente quando as mulheres começam a ingressar no mercado de trabalho, devido à industrialização e urbanização do país, em busca de melhores condições de vida, educação e serviço (KISHIMOTO, 1988). Isso aconteceu no início do século XIX, muito mais tarde do que o modelo que já existia na Europa por volta do século XVIII (CABRAL, 2005).

Kishimoto (1988) descreve os tipos de instituições que se especializavam no cuidado de crianças, que são descritas a seguir.

As creches eram instituições de educação infantil desenvolvidas no contexto da industrialização, urbanização e atendimento às mães trabalhadoras. Seus patrocinadores eram corporações, instituições de caridade, igrejas e agências de assistência social.

As casas de infância, muitas vezes fornecidas por organizações de caridade, também ajudavam crianças pobres.

As escolas maternas surgiram no auge da industrialização para atender os filhos dos trabalhadores no início do século XX.

Já o jardim de infância visava educar crianças de três a seis anos. É o que mais se aproxima do modelo atual de educação infantil.

O Jardim de Infância, no Brasil, surgiu no Rio de Janeiro em 1875, quando Joaquim José Menezes Vieira, um dos educadores mais respeitados da corte, e sua esposa D. Carlota instalaram o espaço para atender crianças de 5 a 7 anos, filhos da elite (KISHIMOTO, 1988).

Os primeiros jardins de infância públicos surgiram em Belo Horizonte em 1908, mas ainda atendiam crianças das classes mais privilegiadas (CARVALHO; CARVALHO, 2002).

No início, jardim de infância e asilos eram confundidos, mas as duas instituições tinham conceitos diferentes: o jardim de infância enfatizava a educação holística das crianças, integrando aspectos psicológicos, físicos, sociais e morais. Por outro lado, os asilos infantis proporcionavam educação religiosa e moral, juntamente com a guarda e proteção das crianças (KISHIMOTO, 2000).

O propagandista republicano, Francisco Rangel Pestana, foi o escolhido para articular a proposta educacional republicana. Em sua proposta, “a educação era considerada como um motor que impulsionaria a história em direção ao progresso infinito” (VIEIRA, 2006, p 151). Acreditando que a nação mudaria com a formação de educadores, Rangel Pestana elaborou o projeto de Reforma da Escola Normal (Decreto nº 27 de março de 1890), que criou as escolas modelo:

Poucos meses após a Proclamação da República, o projeto elaborado por Rangel Pestana foi consubstanciado no decreto nº27, de 12 de março de 1890, que reformou a Escola Normal, sob a direção de Dr. Antonio Caetano de Campos, e criou as escolas modelo. Essas eram classes primárias anexas à Escola Normal, cujo objetivo era melhorar a formação de professores, permitindo o estágio de normalistas, e desenvolvendo, assim, um padrão de ensino para nortear as escolas oficiais (COVAS, s/d).

Segundo Balduino (2006), as creches foram concretizadas pela legislação por meio do Decreto nº 342, de 2 de março de 1896:

Somente por meio de uma manobra política do ex-deputado Gabriel Prestes (indicado em 1893 como diretor da Escola Normal da Capital) e a providencial intervenção do Secretário do Interior, Alfredo Pujol, e do Presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, foi possível a instalação do primeiro Jardim de Infância oficial de São Paulo (p. 2).

No Brasil, as creches e pré-escolas se expandiram lentamente no final da década de 1970 devido a diversos fatores, como crise do regime militar, crescimento urbano, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, intensificação dos movimentos sociais organizados e influência de políticas sociais de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Mundial de Saúde (OMS) (CARVALHO; CARVALHO, 2002).

De acordo com a LDB 9.394/96, a Educação Infantil passa a ser oferecida para crianças de até 3 anos em creches e demais entidades, e para as crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas.

Desta forma, emerge a questão do cuidado diferenciado às crianças e famílias: “as creches para atender crianças advinhas de famílias pobres e a pré-escola para atender crianças de famílias com melhor poder aquisitivo. Assim, a mesma criança recebe tratamento diferenciado de acordo com a instituição que frequenta” (SARAT, 2001, p.142). Essa questão nos leva a duas áreas de discussão: educação e assistência. Sarat (2001) afirma que “[...] os cursos de formação deveriam as ênfase ao entendimento da criança como um todo e formar uma pessoa capaz de superar a dicotomia educação e cuidado (p.147)”.

A partir dessa questão, é necessário discutir o papel das instituições de educação infantil, pois segundo o Art. 29 da LDB 9.394/96, A educação infantil visa o pleno desenvolvimento físico, mental, intelectual e social da criança, complementando as ações da família.

2.2. Aspectos legais: da assistência ao direito à educação infantil

Uma breve revisão da legislação mostra que a Constituição Brasileira de 1891 é omissa, não menciona nada sobre a infância; uma em 1946 utiliza o termo Amparo e

Assistência, uma em 1937 refere-se aos cuidados especiais com as crianças. A Constituição de 1967 e a Junta Militar de 1969 estavam preocupadas com a existência de leis que discutissem cuidados e apoio à criança. A Lei de Diretrizes e Bases nº 4024 de 1961, que timidamente incluía a educação infantil no Grau Primário, e a Lei nº 5.692/71 resgataram a necessidade de as empresas organizarem creches para os filhos de mães trabalhadoras (KISHIMOTO, 2000).

Somente a Constituição Federal de 1988 passou a focar na educação infantil. Não se trata mais de apoio ou ajuda, mas de salvaguardar o direito das crianças à educação. Isso se torna um direito das crianças de 0 a 6 anos, e o Estado é obrigado a promover esse direito (art. 208, IV). Creches e pré-escolas são integradas aos Centros de Educação Infantil para cuidados e brincadeiras.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 trouxe várias outras mudanças e conquistas na educação infantil, que também enfatizou o direito da criança a esse serviço, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, que considerou a primeira etapa para a educação básica. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil também foi estabelecido em 1998, e o Fórum de Educação Infantil foi estabelecido no final da década de 1990 (PASCHOAL 2007).

O sistema de educação infantil se expandiu não apenas no Brasil, mas no mundo, pois as famílias precisam de uma instituição auxiliar para cuidar e educar seus filhos pequenos. Entende-se que a primeira infância é um período crítico em relação ao processo de desenvolvimento humano e direito do cidadão à educação para crianças de zero a seis anos de idade (ABREU, 2004).

O acesso gratuito a creches para crianças menores de 3 anos e pré-escola gratuita para crianças de 4 a 6 anos passou a ser de responsabilidade do Estado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 em seu Art. 4º, Parágrafo IV, atribuindo responsabilidade pela prestação de serviços aos municípios e não apresentando obrigatoriedade de frequentar a escola. Essa divisão de responsabilidades ocorre devido à falta de financiamento para a educação infantil.

No final do século XX, a inclusão da creche no sistema de educação infantil foi decidida pelo poder público municipal, que, apesar de inserida no sistema de ensino nesta fase, ainda não perdeu completamente sua natureza assistencialista.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional produziu diretrizes para a configuração do Referencial Curricular de Educação Infantil, enfatizando o direito da criança ao brincar como forma de socialização, interação, expressão e comunicação das crianças, adotando assim os princípios norteadores do brincar e da socialização no trabalho educativo (KISHIMOTO, 2000).

As instituições públicas de educação infantil não oferecem um número adequado de vagas para todas as crianças de 0 a 6 anos, e o número de instituições privadas de educação infantil tem crescido substancialmente nos últimos anos (Brasil, 2009).

A questão das vagas para crianças não é apenas uma preocupação, mas também a qualidade da educação oferecida, pois inclui a estrutura da instituição, a organização e principalmente a formação dos profissionais que atuam na área. Vale lembrar que a educação infantil visa ao pleno desenvolvimento físico, social, psicológico e intelectual da criança como complemento da ação familiar e comunitária (ABREU, 2004).

2.3 História da formação de professores: Educação Infantil

Uma melhor compreensão da formação docente na educação infantil contemporânea implica um resgate histórico e cultural relevante ao contexto social, econômico, político e ideológico de cada tempo e lugar (CARVALHO; CARVALHO, 2002).

Precisamos cuidar da nossa formação integral. Seremos educadoras, não apenas professoras para instruir. [...] Como educadores devemos verificar se estamos em condições de orientar a educação de outros. Como iremos dar aquilo que não temos? Precisaremos estudar a vida toda. Além da formação pessoal e das qualidades necessárias para tal trabalho, a sua cultura geral deve ser sólida (REIS, s/d, p. 3).

As discussões contemporâneas sobre a formação de professores na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental têm se intensificado.

Historicamente, a responsabilidade de educar os filhos esteve associada à imagem da mulher, pois o que antes era exigido era paciência e sensibilidade. Além disso, de acordo com Carvalho; Carvalho (2002), por muitos séculos as mulheres foram responsáveis pela educação dos filhos porque as crianças eram consideradas sem identidade pessoal. Hoje, o perfil deste profissional “está relacionado aos objetivos que se pretende alcançar junto à criança” (PASCHOAL, 2007, p.192), ou seja, se queremos apenas “cuidar” da criança não é necessária nenhuma qualificação profissional. Entretanto, se o objetivo é “educar”, no sentido de caráter pedagógico, exige-se, no mínimo, a formação em nível normal ou superior (PASCHOAL, 2007).

As "escolas de caridade" ou "escolas damas" surgiu por volta dos séculos XVII e XVIII, quando mães na Inglaterra, França e outros países europeus foram trabalhar em fábricas (CARVALHO; CARVALHO, 2002). O principal objetivo dessas agências era manter e cuidar da saúde e nutrição das crianças com mais de dois anos de idade. Sobre as responsáveis por esses cuidados, Carvalho; Carvalho (2002, p.3) dizem que “os requisitos necessários guardavam proximidade com atributos à mãe, além de conhecimentos de puericultura e do sentimento de piedade”;

1947

Segundo Cabral (2005), uma escola normal sob responsabilidade do Estado não foi estabelecida até depois da Revolução Francesa, mas não se tornou comum até o século XIX, e no Brasil somente após a Lei promulgada de 15 de outubro de 1827, decidiu para criar as “escolas de primeiras letras”.

Cabral (2005, p. 77) escreve que “somente em 1835, instaura-se, em Niterói, a primeira Escola Normal do Império e, posteriormente, outras foram criadas, mas muitas delas tiveram curta duração.”

Segundo Sucupira apud Cabral (2005, p. 77) isto aconteceu devido ao fato que “havia, nessa época, uma grande precariedade na formação docente e, também, uma pequena demanda para o preenchimento de cargos, no âmbito do magistério, devido, sobretudo, à baixa remuneração oferecida”.

As primeiras creches para fins de ensino foram criadas no Rio de Janeiro em 1875 e em São Paulo em 1877, atendendo crianças das classes mais abastadas. Nas décadas de 1920 e 1930, a criação dos "Parques Infantis" parecia ser para crianças da classe trabalhadora. É nesse momento que se define o profissional responsável como o professor cuja formação deve ocorrer em cursos normais em nível médio (CARVALHO; CARVALHO, 2002).

Na década de 1930, apenas a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Paraná ofereciam cursos superiores para profissionais da primeira infância (KISHIMOTO, 1999).

O curso denominado Normal Superior foi criado pela Lei nº 9.394/96 para formar profissionais da educação infantil dentro das instituições de ensino superior para acelerar a formação de professores na educação básica, conforme determina no último ano da Década da Educação, 2007, serão admitidos docentes de nível superior ou formados em regime de trabalho (KISHIMOTO, 1999).

[...] não pode significar, portanto, um preparo para copiar o modelo de escola de ensino fundamental, mas sim para captar as especificidades do trabalho com crianças de 0 a 6 anos, solidificando uma história que ainda engatinha mesmo em países mais evoluídos social e economicamente que o nosso (MACHADO, 2000, p. 199).

1948

Os conceitos sobre a formação de professores da educação infantil estão ligados aos conceitos de criança, infância, educação, professores e formação. Implicará na qualidade da oferta, portanto, supõe, “a formação de um profissional que busque o saber enquanto pesquisador de sua própria prática e que saiba dialogar com os especialistas das várias áreas” (CARVALHO; CARVALHO, 2002, p. 2).

[...] a seriedade da profissionalização torna-se fator essencial na formação profissional para o atendimento a crianças pequenas. O atendimento criança precisa ser encaminhado através do desenvolvimento de ações competentes, articuladas com diversos saberes, fundamentadas em conhecimentos específicos e concretos na ação cotidiana (SARAT, 2001, p. 145 – 146).

Para esta autora, a formação deve ocorrer nos cursos superiores, nas universidades, pois é um espaço qualificado para uma tarefa dessa envergadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso enfatizar que é necessário que os professores participem mais dos cursos de formação continuada, pois esse é um fator muito importante para a melhoria do desempenho docente.

Estamos de acordo com Marques (2000) que reconheceu a importância do envolvimento dos professores na formação continuada e, por isso, voltou à universidade para estudar e ampliar seus referenciais teóricos. Não apenas a universidade, há muitas possibilidades de educação superior. Portanto, para solucionar as dificuldades encontradas na formação inicial, os professores devem estudar a fundo, ou seja, participar de cursos de formação continuada, grupos de estudos etc.

O referencial teórico estudado permitiu aprofundar a história da educação infantil e a formação de professores, reconhecendo o conceito de infância por meio de pesquisas de diversos autores que tratam desses temas.

São apresentadas também considerações finais sobre o processo de formação. A proximidade com a realidade permite perceber que no processo de formação de professores, principalmente na educação infantil, é necessário investimento contínuo, pois ainda está em fase de consolidação, além de trabalhar integralmente com a geração que terá em suas mãos, é necessário a condução das próximas histórias.

O primeiro passo para mudar a prática educativa e o nível de formação dos professores é conscientizá-los sobre a importância da formação continuada. O segundo passo é a participação. Esperamos que não falem oportunidades, e que as universidades ofereçam, e estejam sempre à disposição cursos que possam melhorar a educação básica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Educação Infantil no Brasil: Legislação, Matrículas, Financiamentos e Desafios**. Brasília, DF: 2004.

BALDUINO, Soraia Cristina. **Os anjos do jardim – a imagem da mulher protetora na Revista do Jardim da Infância (1896-1897)**. IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: GO. 2006.

BRASIL. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resultados do Censo Escolar – Educacenso. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2009.

BRASIL. Sinopse do Professor. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007.

CABRAL, Ana Carla Ferreira Carvalhar. Formação de professores para a Educação Infantil: um estudo realizado em um Curso Normal Superior. Belo Horizonte, MG: PUCMG, 2005.

CARVALHO, Denise Maria de; CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. Educação Infantil: História, Contemporaneidade, e Formação de Professores. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, Rio Grande do Norte, 2002.

1950

COVAS, MARIO. Escola Normal de São Paulo. Atual: E. E. Caetano de Campos. São Paulo: SP.

DIDONET, Vital. Educação Infantil. Humanidades, Brasília: 1997, n.43, p 89-98. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 16/07/2022.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** Educação e Sociedade, ano XX, nº 68, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. Revista Brasileira de Educação. n.14. 2000.

GONZALES NETO, José Garcia. Cambé: Confronto e composição política 1947- 1968. Livraria Ghignone Editora Cambé: Prefeitura Municipal de Cambé, 1987.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **Desafios eminentes para projetos de formação de profissionais para a educação infantil.** Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 191 – 202, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

MARQUES, Mario Osório. **Formação do profissional da educação.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2000. 236 p. (Coleção Educação; 13).

PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil.. In: MORENO, Gilmara Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil.** Londrina: Humanidades, 2007.

REIS, Alice Meirelles. **Metodologia do Ensino Pré-Primário.** s/d: São Paulo. V.I. 61 páginas, ilustrado.

SARAT, Magda. **Formação profissional e educação infantil: uma história de contrastes.** Revista Guairacá, n.17, p. 135 – 158. Guarapuava: UNICENTRO, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação.** In. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Educação Infantil Integrando Pré-Escolas e Creches na Busca da Socialização da Criança. São Paulo: Edusp, 2000. p.225-240.

VIEIRA, César Romero Amaral. **Protestanismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma Caetano de Campo – 1980.** (Tese (Doutorado) Programa de Pós-Gaduação em Educação. Picacicaba-SP: UNIP, 2006.